5 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 9 de janeiro de 2022





>> Entrevista | ISAAC SIDNEY | presidente da federação brasileira de bancos (febraban)

Para executivo, alta dos juros vai conter ainda mais o crescimento da economia em 2022 e pode resultar em maior inadimplência

"A sociedade não aceita mais o descontrole inflacionário"

» VICENTE NUNES

presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, se diz frustrado com os pífios resultados da economia nos últimos anos, mas, ainda assim, afirma estar otimista em relação à capacidade de o país engrenar um período mais longo de crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB). No entender dele, existe um claro diagnóstico do que precisa ser feito para o Brasil, finalmente, deixar para trás os "voos de galinha". E isso passa por reformas como a tributária e a do Estado e pela melhora do ambiente de negócios, com forte inovação tecnológica.

Mas há desafios imediatos, como o controle da inflação, e a nova onda da pandemia da covid-19, agora com a variante ômicron, que está colocando em xeque novamente os sistemas público e privado de saúde. Ainda não é possível dimensionar o tamanho do impacto do recrudescimento da crise sanitária sobre a atividade econômica, contudo, é certo que o aumento da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central, de 2% para 9,25% ao ano, a fim de conter o custo de vida, vai frear o já claudicante ritmo de produção e do consumo. Para o executivo, o PIB avançará, no máximo, 1% em 2022. A alta dos juros também resultará em mais inadimplência.

O presidente da Febraban ressalta, ainda, que as eleições presidenciais previstas para outubro próximo não podem ser empecilho para que governo e Congresso deixem de lado a agenda de mudanças que o país tanto precisa. A disputa pelo comando do país também não pode abrir as portas para retrocessos, com a revogação de conquistas importantes, como a reforma trabalhista. Medidas populistas, acredita Sidney, devem ser rebatidas com vigor pela população, que não aceita mais o descontrole inflacionário.

O executivo destaca que, ao contrário de outras crises, quando o crédito secou e a economia afundou, durante os dois anos de pandemia, os bancos mantiveram os empréstimos e os financiamentos a pleno vapor, como um muro de contenção para manter a produção e o consumo de pé. Foram liberados, no período, R\$ 7,5 trilhões para empresas e famílias, e renegociados 19 milhões de contratos, totalizando R\$ 1,1 trilhão. Tanto em 2020 quanto no ano passado, o crédito cresceu cerca de 15%. Para 2022, a previsão é de avanço de 7%, ante a desace-

leração da atividade econômica. Isaac Sidney afirma que revoluções como o Pix vieram para ficar e que muitas outras estão a caminho, como o real digital, mas acredita que o Banco Central terá de aprimorar a regulação para que a competição no mercado aumente e seja mais justa. Hoje, acrescenta ele, fintechs são tão grandes quanto bancos, mas recebem tratamento diferenciado, criando distorções no sistema. A seguir, os principais trechos da entrevista ao Correio.

Nas últimas três décadas, o Brasil alternou baixo crescimento e recessão, com aumento do custo de vida. Por que o Brasil não consegue crescer sem inflação?

Nas últimas décadas, tem sido medíocre o crescimento do





A política (de aumento dos juros) que vem sendo conduzida pelo Banco Central é bastante dura, mas necessária. Não adianta criticar o BC, que está remando sozinho contra a inflação"

PIB no Brasil, governo após go- e acredito que estamos na direverno. Infelizmente, vivemos a contradição de sermos um país enorme, rico, com potencial incomparável, mas que, ao mesmo tempo, não consegue consolidar um crescimento sustentável. Andamos em círculos, avançamos pouquíssimo, no chamado "voo de galinha". È a combinação de curtos períodos de expansão do PIB com outros de declínios prolongados da atividade econômica. O resultado é que, nos últimos 30 anos, pouco crescemos, numa média anual ao redor de 2%. Se, por exemplo, crescêssemos 3,5% ao ano, o que parece uma taxa factível para nós, conseguiríamos dobrar o nosso PIB em 20 anos. Mas ainda não conseguimos construir um modelo econômico alternativo ao que vigorou até os anos 1980 e que se esgotou, com grande participação do Estado, inclusive no papel de empresário, fortemente regulado e fechado. Isso não funciona mais.

Como assim?

Precisamos, desesperadamente, de uma economia com menor participação do Estado, mais aberta ao exterior, baseada na iniciativa privada e com um ambiente de negócios mais favorável aos investimentos e ao empreendedorismo. Do contrário, não vamos crescer. Sou otimista

Infelizmente, vivemos a contradição de sermos um país enorme, rico, com potencial incomparável, mas que, ao mesmo tempo, não conseque consolidar um crescimento sustentável. Andamos em círculos, avançamos pouquíssimo, no chamado voo de galinha"

ção correta para a construção deste novo modelo, mas estamos bem aquém da velocidade desejada. Em relação à inflação, é importante ressaltar que estamos enfrentando pressões e choques, o que é também um fenômeno mundial em consequência, principalmente, da pandemia. Mas temos feito enorme progresso desde a edição do Plano Real e com a atuação firme do Banco Central, agora com autonomia. Introduzimos o sistema de metas, reduzimos em muito a indexação. E, mais do que isso, hoje, a sociedade brasileira não aceita mais conviver com o descontrole inflacionário. A política que vem sendo conduzida pelo Banco Central é bastante dura, mas necessária. Não adianta criticar o BC, que está remando sozinho contra a inflação.

Quais são os desafios para que o país possa crescer de forma sustentada, com mais emprego e melhor distribuição de renda?

Não há bala de prata, nem saída milagrosa, tampouco atalhos, e a sociedade já sabe disso. Só conseguiremos deixar de patinar e andar de lado se retomarmos a agenda de reformas estruturais. Não adianta mais insistir em políticas que já se revelaram equivocadas no passado. Partindo do pressuposto de que serão preservados o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade da relação dívida/PIB, devemos focar em três reformas estruturais: a tributária, a do Estado (e não apenas administrativa) e a da melhoria do nosso ambiente de negócios. A tributária é, hoje, a mãe das nossas reformas e deve ser a prioridade número um da agenda econômica. Precisamos de um sistema tributário sustentável, que permita prover recursos para as atividades e investimentos do setor público, e que, ao mesmo tempo, ajude a destravar o crescimento econômico, permitindo o aumento da competitividade e da produtividade da economia. Sabemos que ela é sempre um tema complexo, mexe com toda a sociedade, é impossível atender a todos e que, no curto prazo, sempre haverá aqueles que perderão.



HOMENAGEM

PAULO OCTÁVIO E RODRIGO PACHECO RECEBEM MEDALHA MÉRITO ECONOMIA

O empresário Paulo Octávio foi homenageado pelo então secretário de Economia do DF, André Clemente. Ele recebeu a Medalha Mérito Economia, criada este ano para premiar agentes públicos, servidores, cidadãos e empreendedores que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento da economia do Distrito Federal.

Criada pela Secretaria de Economia, a medalha foi entregue a mais de 200 **representantes** do setor produtivo, parlamentares, membros dos governos federal e do DF, do Judiciário, entre outros. As indicações para o recebimento da condecoração são submetidas a um conselho, responsável por escolher os agraciados.

A condecoração ao empresário foi entregue junto com a do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, durante almoço do LIDE Brasília, grupo empresarial presidido por Paulo Octávio. Na ocasião, o senador proferiu a palestra "O momento político e os desafios de um projeto de reconstrução nacional" para mais de uma centena de empresários no Brasília Palace Hotel.

www.paulooctavio.com.br